



Número: **0037649-98.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                                  |                |
|--|--------------------|--|----------------|
| ROSEMARY DILMA PEREIRA ALVES (AUTOR)                     |                    | ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO)                  |                |
| MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)                    |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)                     |                |
| PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)         |                    |  |                |
| 31º PROMOTOR DE JUSTIÇA CÍVEL (FISCAL DA ORDEM JURÍDICA) |                    |  |                |
| Documentos   |                    |  |                |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo           |
| 61559<br>973   | 07/05/2020 11:34   | <a href="#">2636757_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01</a> | Petição em PDF |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00376499820198172001

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ROSEMARY DILMA PEREIRA ALVES**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto a alegação da preliminar de INEPCIA DA INICIAL, considerando que a parte autora não juntou aos autos qualquer documento de identificação, seja da menor ou da representante, o que viola expressamente os requisitos insculpidos no art. 319, do CPC

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA.

Considerando os efeitos infringentes dos embargos ora apresentados requer seja intimados a parte autora e por tratar-se de matéria envolvendo menor o Membro do Ministério Público.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 6 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 07/05/2020 11:34:35  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20050711343526600000060469996>  
Número do documento: 20050711343526600000060469996

Num. 61559973 - Pág. 2